

DIVERSIDADE CULTURAL E VALORIZAÇÃO DA DIFERENÇA: Outros olhares, novas perspectivas

Daniella Oliveira Silva (Bolsista-PIBIC/UFPI) ¹

dani.ol.sil@hotmail.com

Valdenia Pinto de Sampaio Araújo (Mestranda em Educação-PPGE) ²

valdeniasampaio@gmail.com

RESUMO

O presente estudo, de caráter bibliográfico, tem por objetivo central suscitar discussões acerca da diversidade cultural no que tange às relações de gênero, etnicorraciais, orientação sexual, dentre outras dimensões da vida, sobre as quais as pessoas sofrem discriminações, estereótipos e segregações. Como construções histórica, cultural, econômica e social tais diferenças não são naturais, são aprendidas e absorvidas no cotidiano dos vários espaços de socialização: na família, na escola, na igreja, no partido político, nos espaços de lazer. Em decorrência dessa forma de conceber as diferenças das pessoas como naturais e que não podem mudar, gera desrespeito aos diferentes e cristaliza as desigualdades sociais. Vários segmentos sociais, sobretudo as mulheres, jovens pobres e negros/as, LGBT's³ e indígenas são aquelas pessoas que mais sofrem discriminações de toda ordem e as justificativas dessa condição é que as diferenças são naturais. Ainda em fase inicial, esse estudo alicerça-se nos estudos de Carrara (2009), Gomes (2006), Ahlert (1997), Mori (1997), Boneti (1997), Almeida; Brittar (2008) dentre outros, a fim de contribuir para desnaturalizar as “visões negativas” que estigmatizam mulheres, negros e negras, indígenas, LGBT's, e tantas outras populações que compõem a diversidade cultural. Para tanto, destacamos a importância da ação escolar e das leis de amparo e proteção a estes grupos subrepresentados no enfrentamento a tais práticas discriminatórias.

Palavras-chave: Diversidade Cultural. Discriminação Social. Papel da Escola.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGECI e do Observatório das Juventudes e Violências – OBJUVE da UFPI.

²Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGECI e do Observatório das Juventudes e Violências – OBJUVE da UFPI.

³ Esta sigla é usada para identificar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

INTRODUÇÃO

As lutas pela igualdade nas relações de gênero, de etnia/raça, de orientação sexual, nos diálogos intergeracionais, dentre outras, que traduzem as diversidades culturais e são questões muito presentes na sociedade atual, onde persistem sentimentos negativos e discriminatórios no seio das sociedades nas quais são transmitidos de geração a geração.

Que práticas podem ser trabalhadas pelas pessoas que sofrem discriminações para modificarem as atitudes preconceituosas de si e de outrem? Sabemos que não existe uma fórmula pronta, porém, atitudes não-violentas de combate às discriminações de qualquer natureza podem ser fundamentais para que os seres humanos reflitam sobre os sentimentos negativos que os afetam e os impossibilitam de ver as diferenças culturais e que não se constituem em obstáculos para o convívio com as demais pessoas. Crianças, adolescentes, jovens, pessoas adultas e idosas constantemente devem estar participando de discussões sobre as temáticas mencionadas, seja na escola, na família, no clube, na igreja, nas associações, visando ampliar cada vez mais seus campos de discussão, de modo que todos/as possam fazer parte da corrente de conscientização do respeito às diversidades culturais.

É fundamental que questões relacionadas ao respeito à diversidade e aos grupos minoritários, excluídos social e culturalmente ao longo da história brasileira, sejam trabalhadas na escola desde os anos iniciais, para que as crianças sejam conscientizadas sobre os valores e regras de convivência humanas, no intuito de aprenderem que apenas as diferenças biológicas são naturais, mas as diversidades culturais são construídas e aprendidas ao longo da vida, logo as pessoas não são idênticas, são diferentes.

Os indivíduos devem aprender a conviver e lidar com as diferenças e as pessoas diferentes, respeitando-as num convívio harmônico, pois o desrespeito à heterogeneidade social fortalece as desigualdades sociais, supramencionadas devido à falta de compreensão sobre tais diferenças, sua importância e significados para a vida pessoal, social, cultural e política de cada indivíduo.

Aos poucos fomos percebendo que as discussões referentes à diversidade cultural ficam limitadas a alguns segmentos profissionais como professores/as e estudantes, que desenvolvem estudos acerca das temáticas de diversidade cultural, restringindo-os apenas ao ambiente acadêmico, enquanto nas escolas da rede de ensino público e privado que atuam na educação básica, em nível infantil, fundamental e médio, esse debate, muitas vezes, é pontual ou quase inexistente. Decorrentes desse fato continuam práticas de discriminação a pessoas e grupos de pessoas negras, LGBT's, mulheres, crianças e jovens pobres.

O que a escola pode fazer nesta perspectiva? É o que discutiremos no presente texto.

1. (RE) EDUCANDO AS PRÁTICAS E VALORES FRENTE ÀS DESIGUALDADES

Nas últimas décadas do século XX até o início deste século XXI, as lutas pelas desigualdades sociais, especialmente aquelas relativas às relações de gênero, etnicorraciais, orientação sexual dentre outras, vem se fortalecendo. Ocorre que em muitos espaços de socialização das pessoas, a exemplo das escolas, trabalham essas temáticas somente de acordo com o calendário “imposto” pelas instâncias hierárquicas do sistema educacional e o currículo formal, elaborado com participação de todos os segmentos escolares, na maioria das vezes, por falta do exercício de avaliação contínua e ampla de sua aplicabilidade, fica restrito a debates pontuais em cada escola, sem envolver continuamente alunos/as, professores/as, funcionários/as, gestores/as, pedagogos/as, família e comunidade. Sobre esta discussão Carrara (2009), assim se expressa que

A diversidade no espaço escolar não pode ficar restrita às datas comemorativas ou pior, invisibilizada. [...] a diversidade não se trata de “mais um assunto” jogado nas costas dos/das educadores/as [...] para roubar tempo e espaço para trabalhar “os conteúdos”. [...] o currículo não é neutro. A diversidade está presente na entrelinha, em cada imagem, em cada dado, nas diferentes áreas do conhecimento, valorizando-a ou negando-a. É no ambiente escolar que as diversidades podem ser respeitadas ou negadas. É da relação entre educadores/as, entre estes/as e os/as educandos/as e entre educando/as que nascerá a aprendizagem da convivência e do respeito a diversidade. (CARRARA, 2009, p. 33).

Por conseguinte, sem essa aprendizagem, o sistema favorece a fragmentação das pessoas, suas convivências e seus estudos na escola, refletindo o que a sociedade impõe, muitas vezes, através de programas difundidos pelos meios de comunicação social (TV, rádios, redes sociais etc.), e, assim, não contribuem para a busca da superação de relações discriminadoras entre os indivíduos e os segmentos sociais. O autor, acima mencionado, nos aponta o papel que a escola deveria desempenhar: o de conscientização de seus membros por meio de ações não-violentas para superação das práticas depreciadoras da dignidade humana.

Ainda neste debate, Carrara (2009) afirma que atitudes de discriminação e de preconceito, podem favorecer diversas práticas de violência entre os seres humanos, desde agressões verbais, físicas, psicológicas, morais, políticas e culturais, ao nos dizer que

A violência atinge-nos a todos/as. Somos cotidianamente abordados/as por notícias assustadoras sobre a violência e suas facetas. A violência de gênero é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres. Apóia-se no estigma de virilidade masculina e de submissão feminina. Enquanto rapazes e os homens mais expostos à violência no espaço público, garotas e mulheres sofrem mais violência no espaço privado. (CARRARA, p. 74).

Carrara (2009), coerente com as discussões de Gomes (2006), afirma que “[...] o processo de naturalização das diferenças, de gênero ou orientação sexual, que marcou os séculos XX e XXI,

vinculou-se à restrição do acesso à cidadania a negros/as, indígenas, mulheres e homossexuais” (CARRARA, p. 13).

Esses grupos sociais que tiveram restrição ao acesso à cidadania, por muito tempo foram vistos como inferiores por serem impedidos de participarem ativamente dos bens sociais, culturais e econômicos criados pela humanidade, sofrem preconceitos, estigmas e estereótipos, como menciona Ahlert (1997, p.22): “Essas políticas públicas globalizadas pelo neoliberalismo estão levando a maioria dos povos a uma brutal exclusão social”. Mori (1997) também esclarece que

Nas relações entre os grupos hegemônicos, prevalece a ideologia da classe dominante e, nessa perspectiva, a educação cumpre o papel de habilitar o indivíduo técnica, social, e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. Por isso não há interesse de mudanças na implementação de políticas públicas. As regras e os padrões sociais são estabelecidos e conduzidos com o objetivo de viabilizar e ampliar ainda mais o número de excluídos. A burguesia, utilizando-se de dilemas e estratégias, subordina a educação à esfera privada do capital: não ocorrem investimentos maiores e mais eficazes nas escolas (públicas), por isso não há uma boa e eficiente formação/qualificação que permita ao indivíduo enfrentar as exigências da nova realidade social e tecnológica; [...]. (MORI, 1997, p. 103-104).

É preciso construir ferramentas pedagógicas para enfrentamento de políticas dessa natureza e dessa forma contribuir para minimizar os preconceitos e atitudes excludentes contra as pessoas que estão inseridas em grupos em situação de vulnerabilidade e subrepresentados.

2. (RE) VENDENDO CONCEITOS E (DES) CONSTRUINDO PRECONCEITOS

Que práticas devem ser estimuladas para construir formas de superação dessa condição imposta às pessoas diferentes, aparentemente incluídas, todavia excluídas? Inicialmente devem-se valorizar os/as profissionais da educação, capacitando-os/as juntamente com os/as estudantes e demais funcionários/as da escola, de forma a se conscientizarem acerca das relações interpessoais, a fim de que os/as mesmos/as percebam que suas atitudes e práticas de aversão às diversidades culturais devem ser abolidas. No intuito de motivá-los/as a repensarem suas posturas e atitudes discriminatórias e mudanças nas suas relações interpessoais de respeito com os/as diferentes, concebendo essas pessoas como seres de direito, Gomes (2006) ressalta que

A luta contra e qualquer forma de naturalização e estigmatização das diferenças tornou-se um dever da humanidade, pois as experiências humanas já vividas e as que assistimos nesses início do século XIX têm-nos revelado que a intolerância, o racismo e a discriminação, ou seja, formas negativas de lidar com as diferenças, poderão nos levar a intensos processos de desnaturalização. É nessa trama que a diversidade cultural vai sendo tecida e construída e é também no meio dessa trama que ela deveria ser compreendida pelos educadores e educadoras ao refletir, avaliar e colocar em prática o currículo escolar. Não se

trata de uma discussão partidária, militante ou de um modismo educacional (embora possa ser conduzida desta forma por alguns); antes, é uma responsabilidade profissional e ética daqueles que se dispõem em atuar no campo da educação escolar. (GOMES, 2006, p. 28).

Para tanto, é importante percebermos a importância do acesso à educação em pleno exercício da cidadania para combater as desigualdades destacadas que proporcionam muitas injustiças e problemas nas classes sociais menos favorecidas tornando-as excluídas sócio, cultural e politicamente, além de outros aspectos. Sabemos que não há modelos para construirmos tal superação, mas elucidando-nos sobre tal questão, Mori (1997, p. 104) destaca que

A educação deve ser o desenvolvimento de potencialidades [...] oferecendo habilidades e conhecimentos que proporcionem ao educando melhor compreensão da realidade e a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. Assim sendo, não haveria correspondência ou subordinação ao sistema predominante e os indivíduos seriam valorizados e incluídos na sociedade, independente da classe social econômica ou política. (MORI, p. 104).

A promoção dessa inclusão também depende da família e da escola, que são as primeiras instituições criadas pela humanidade para a socialização das pessoas. É indispensável à relação intrínseca entre ambas para o desenvolvimento de pensamentos mais favoráveis às diferenças, pois há uma inversão dos papéis entre as mesmas, como por exemplo, a família que delega as responsabilidades da formação apenas para escola, sobrecarregando-a. Além disso, a realidade da família é diferente da realidade escolar, a educação que prevalece na segunda é formal enquanto na primeira é informal, favorecendo a criação de um fosso largo e fundo entre essas duas instituições sociais.

Nas relações entre os grupos hegemônicos, prevalece a ideologia da classe dominante e, nessa perspectiva, a educação cumpre o papel de habilitar o indivíduo técnica, social, e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. Por isso não há interesse de mudanças na implementação de políticas públicas. As regras e os padrões sociais são estabelecidos e conduzidos com o objetivo de viabilizar e ampliar ainda mais o número de excluídos. A burguesia, utilizando-se de dilemas e estratégias, subordina a educação à esfera privada do capital: não ocorrem investimentos maiores e mais eficazes nas escolas (públicas), por isso não há uma boa e eficiente formação-qualificação que permita ao indivíduo enfrentar as exigências da nova realidade social e tecnológica; [...]. (MORI, 1997, p. 103-104).

Fortalecendo suas posições Mori (1997), no mesmo texto, destaca ainda:

Os temas, os conteúdos, as relações entre conteúdo e disciplina, o sistema de avaliação, a metodologia, enfim, as aprendizagens oferecidas são, muitas vezes, incoerentes, desatualizadas, fragmentadas e seletivas. [...] na grande maioria não estão ligados à atualidade social, havendo um distanciamento entre escola e a realidade empírica. (MORI, 1997, p. 108).

Perspectivando uma nova realidade no cotidiano escolar é necessário concebermos que educação pública deve ser de qualidade e promover a conscientização de seus membros, favorecendo discussões sobre a diversidade cultural, questões de gênero, etnicorraciais, orientação sexual, envolvendo as problemáticas: violência, preconceito, discriminação, homofobia, racismo, etnocentrismo, estereótipos, sexismo, misoginia e outros. Logo, estudos sobre estes temas contribuirão para os indivíduos refletirem sobre suas práticas e atitudes frente às diferenças culturais aqui discutidas. Gomes (2006), com isso, reconhece

De fato, não é tarefa fácil para nós, educadores e educadoras, trabalharmos pedagogicamente e inserirmos no currículo uma discussão profícua sobre diversidade cultural, de um modo geral, e sobre o segmento negro, em específico. Apesar de reconhecermos, pelo menos no nível do discurso, que a construção social, cultural e histórica das diferenças, ou seja, a diversidade, é algo de belo e que dá sentido à nossa existência, sabemos que, na prática, no jogo das relações de poder, as diferenças socialmente construídas e que dizem respeito aos grupos sociais e étnico-raciais menos favorecidos foram naturalizadas e transformadas em desigualdades. (GOMES: 2006, p. 25)

Na atualidade é intolerável, perceber as diferenças etnicorraciais, de gênero e sexual como negativo e imoral, especialmente no Brasil que é altamente miscigenado, onde há variedades culturais: a língua que contém diversas variantes, a heterogeneidade de cada região, a musicalidade que possuem diferentes modalidades, a festividade que compõe vários estilos, a expressividade de cada povo contribuem para o Brasil conter riqueza de diferenças. Gomes (2006), no mesmo texto, elucida

E, no caso do Brasil, a realidade social e educacional é extremamente complexa, conflituosa, contraditória e marcada pela desigualdade social e racial. [...] será necessário que a desigualdade social e o respeito às diferenças se transformem em práticas efetivas, em mudanças visíveis, e numa postura ética e profissional dos educadores de todo e qualquer pertencimento étnico-racial. Trata-se de refletir que, explícita ou implicitamente, a diversidade cultural já está presente no currículo enquanto um discurso que corporifica narrativas particulares sobre as diferentes culturas, sobre negros, os índios, as mulheres, os homens, os jovens, os velhos, entre outros. (GOMES: 2006, P.33-34)

De onde e de quando vem essas práticas? Desde a colonização brasileira pelos povos portugueses foram construídos e reproduzidos sentimentos de discriminação que segregaram pessoas ricas/pobres, brancas/negras, brancas/índias, homens/mulheres, crianças/jovens e pessoas adultas, letradas/analfabetas, casadas/solteiras, bonitas/feias, empregadas/desempregadas, liberais/tradicionais, dentre outras divisões.

Ao longo do tempo, as pessoas naturalizaram as diferenças como pretextos para segregação, em vez de reconhecê-las como riquezas culturais. Ao invés de somá-las, dividem-nas, por causa do arquétipo imposto pela classe elitizada.

A busca por práticas de conscientização deve permear os diferentes ambientes desde atitudes consideradas como simples, como uma conversa informal, leitura de revistas, jornais e livros que tratam da valorização e respeito às diferenças para refletir sobre pensamentos expostos no cotidiano como no caso de slogans como “Diferenças, mas não iguais”, “Viva a diferença” são fundamentais para internalizar ideias que se referem às diferenças, pois o ser humano está em processo de construção.

Refletindo sobre essa construção podemos pensar sobre a temática da homossexualidade, por exemplo, onde as pessoas ainda resistem em não reconhecer o direito da outra pessoa de vivenciar a sua orientação sexual, ignorando-a e tratando-a como seres inferiores, sobretudo. Carrara (2009) nos ajuda a compreender esse problema, comentando: “[...] algumas diferenças viram sinônimos de defeitos em relação a um padrão dominante, considerado como parâmetro de “normalidade” (CARRARA, p. 19). Quando o assunto é diversidade, há sempre um “mas”, um “também” ou um “senão”. Neste sentido podemos ressaltar ainda que a liberdade da mulher também é restrita, e assim como os LGBT’s sofrem críticas e são vítimas de violências de vários tipos. Em algumas situações as agressões são explicadas pelo uso de roupas curtas, o horário e local em que se encontravam. Isso revela que muitas pessoas não respeitam o livre arbítrio delas. Logo, é desrespeito e violência usar atos violentos para contestar tudo que foge ao padrão estabelecido pela nossa sociedade machista e patriarcal.

CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Pensando na diversidade cultural e no respeito às individualidades e trajetórias humanas afirmamos que essa discussão apenas continua, devendo ser pontuada nos próximos textos. Nesse momento reconhecemos que, embora o ser humano encontre uma sociedade fechada, carregada de sentimentos discriminadores e de exclusão social que nos provocam e nos orientam a absorver aqueles modos de ser e agir, depreciadores da dignidade humana, como naturais, é possível com as nossas subjetividades junto às de outrem, enfrentar e combater tais práticas depreciadoras do ser humano no cenário social, criando e abrindo janelas para minar tais comportamentos construindo formas respeitadas dos Direitos Humanos e de cidadania.

Já observamos muitas conquistas sobre a igualdade de gênero, relações etnicorraciais, respeito à orientação sexual das pessoas com as quais convivemos, com lei e práticas concretas a exemplo do **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2008)**, por um *pool* de instituições de nível federal - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e UNESCO.

Seguido de práticas da mesma natureza em nível estadual e municipal, na maioria do país, além Cursos de Aperfeiçoamento sobre “Gênero e Diversidade na Escola”, Aperfeiçoamento e Especialização em “Educação em Relações Etnicorraciais”, como resultado da parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculadas à Presidência da República, o British Council – órgão do Reino-Unido que atua na área dos Direitos Humanos, Educação e Cultura, o Ministério da Educação, praticados no âmbito das Universidades Brasileiras, sob a orientação da Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, que também proporcionou outros Projetos como o “Escola que Protege”, o “Mais Educação”, dentre outros tão significativos quanto estes. O Piauí é um dos cenários de operacionalização dessas políticas e projetos.

Sabemos que outras práticas estão sendo desenvolvidas com as mesmas perspectivas, contudo vemos que muito ainda precisa ser feito, necessitando de iniciativas individuais e, principalmente, coletivas. Visualizando as “janelas” para construção de possibilidades de intervenção no campo minado de preconceitos e discriminações, para o que sugerimos permear as práticas de formação de profissionais da escola e da educação infantil à Universidade, e de agentes comunitários é que sugerimos que a pesquisa por meio da pesquisa-ação. A pesquisa-ação se consolida com uma prática que gera processos de conhecimento e de intervenção efetiva e, se competente técnica e politicamente, terá êxito com envolvimento de ampla participação de agentes e destinatários/as da ação educativa, onde muitos dispositivos legais nos ajudam para estes fins.

A Constituição Federal, os já referidos, e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que preconiza (art 4º): “apoiar a inclusão nos currículos escolares de informações sobre o problema da discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a um tratamento igualitário perante a lei” (BITTAR; ALMEIDA 2008, p. 30). Também é importante ressaltar que as Leis 11.639/2003 regulamentada em 2007 pela Lei 11.645/08, que obriga incluir nos currículos escolares estudos sobre a História e Cultura AfroBrasileira e Indígenas. Sem exaurir todas as discussões, acrescentamos a Lei Maria da Penha também tem importância no enfrentamento a estas práticas excludentes de grupos subrepresentados. Temos ainda estudos e pesquisas sobre Educação, Gênero, Juventudes, Afrodescendência, Corpo, LGBT’s, realizadas pelo NEPEGECI/PPGED/UFPI que buscam igualmente, discutir, refletir e apontar caminhos de respeito as diferenças em prol da valorização da diversidade cultural, apesar de saber que muito há ainda para ser feito para amenizar as desigualdades nos variados aspectos discorrido no texto.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Alveri. Exclusão Social *versus* Qualidade Ética da Educação. In: **Educação, exclusão e cidadania** - coord. Lindomar Wessler Boneti. (Coleção Educação)- Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p. 15-40.

BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme Assis de Almeida (Orgs.). **Mini-código de direitos humanos**. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2008.

BRASIL/COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia. Políticas, direitos, violência e homossexualidades. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT. In: **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Cultural, currículo é Questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: **Educação como prática da diferença**. Anete Abramovicz, Lúcia Maria de Assunção Barbosa, Valter Roberto Silvério (Orgs.). Campinas - SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

MORI, Josete. O Processo de Exclusão na Educação: o Ensino de Segundo Grau. In: **Educação, exclusão e cidadania** - Coord. Lindomar Wessler Boneti. (Coleção Educação)- Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p. 103-111.

SEPM/SEPPPIR/MEC/SECAD. **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.